

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – PESSOA JURÍDICA

Em atendimento à Instrução CVM nº 558 de 26 de março de 2015

Razão Social: TRX Gestora de Recursos Ltda.**CNPJ:** 13.362.610/0001-87**1. Identificação das pessoas responsáveis pelo conteúdo do Formulário de Referência****Nome:** Luiz Augusto Faria do Amaral**CPF:** 287.209.408-31**Cargo:** Diretor e administrador de carteiras

Responsável pela gestão de Fundos da estratégia: FIP, FIP-IE, FII, FIC de FIM e FIDC.

1.1. Declarações dos diretores responsáveis pela administração de carteiras de valores mobiliários e pela implementação e cumprimento de regras, procedimentos e controles internos e desta Instrução, atestando que:

- a. Reviram o formulário de referência.
- b. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da estrutura, dos negócios, das políticas e das práticas adotadas pela empresa.

A declaração da encontra-se na próxima página.

DECLARAÇÃO

À

Comissão de Valores Mobiliários – CVM
Rua Sete de Setembro, nº 111, 2º andar, Centro
Rio de Janeiro- RJ,
CEP 20159-900

Ref.: Formulário de Referência da TRX Gestora de Recursos Ltda.

Prezados Senhores,

Em atendimento ao disposto no item 1.1 do Anexo 15-II da Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015, declaramos para os devidos fins que revimos o formulário de referência da TRX Gestora de Recursos Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.362.610/0001-87 e que o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da estrutura de negócios, das políticas e das práticas adotadas pela empresa.

São Paulo, 30 de março de 2017

Atenciosamente,

Luiz Augusto Faria do Amaral
Cargo: Diretor e Administrador de carteiras

2. Histórico da empresa

2.1. Breve histórico sobre a constituição da empresa.

A TRX Gestora de Recursos Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.362.610/0001-87 (“Sociedade”), foi constituída em 13 de janeiro de 2011 e, através do Ato Declaratório Nº 11.864 de 04 de agosto de 2011, obteve autorização para prestação de serviços de administração de carteiras de valores mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999. Quando de sua constituição, o objeto social da Sociedade contemplava as seguintes atividades: (i) o exercício da administração de carteiras de valores mobiliários, e (ii) a gestão de recursos para pessoas físicas ou jurídicas, brasileiras ou estrangeiras, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 306, de 05 de maio de 1999. Atualmente a Sociedade tem por objetivo social o exercício da administração de carteiras de valores mobiliários e a gestão de recursos para pessoas físicas ou jurídicas, brasileiras ou estrangeiras, cujos fundos tenham como política de investimento ativos que possuam lastros imobiliários. A Sociedade possui como missão a criação de ferramentas para investimentos no setor imobiliário corporativo, gerando consistência de retornos com baixa volatilidade através de soluções sob medida para seus clientes.

2.2. Descrever as mudanças relevantes pelas quais tenha passado a empresa nos últimos 5 (cinco) anos, incluindo:

a. Os principais eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, alienações e aquisições de controle societário

A Sociedade foi constituída em 13 de janeiro de 2011 e, através do Ato Declaratório Nº 11.864 de 04 de agosto de 2011, obteve autorização para prestação de serviços de administração de carteiras de valores mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999. A Sociedade foi fundada pelos seguintes sócios:

- a) TRX Holding Investimentos e Participações S.A. (atual denominação social de TRX Investimentos Imobiliários S.A.), sociedade anônima, atualmente com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 8501, 31º andar, CEP 05425-070, inscrita no CNPJ sob o nº 09.358.890/0001-82; e
- b) Flavio José Rissato Adorno, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.798.444-6 (SSP/SP), inscrito no CPF sob o nº 289.835.428-70, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial à Rua dos Pinheiros, nº 870, 25º andar, CEP 05422-001, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (“Flavio”).

Informações prestadas com base nas posições de 31 de dezembro de 2016

Quando de sua constituição, o objeto social da Sociedade contemplava as seguintes atividades: o exercício da administração de carteiras de valores mobiliários e a gestão de recursos para pessoas físicas ou jurídicas, brasileiras ou estrangeiras, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

O capital social da Sociedade, quando de sua constituição, era de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), então dividido em 10.000 (dez mil) quotas, com valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma. A totalidade do capital social inicial foi integralizado em moeda corrente nacional. O Capital Social inicial era assim distribuído entre os sócios:

Sócio	Quantidade de Quotas	Valor (em R\$)	Participação (em R\$)
TRX Investimentos Imobiliários S.A.	9.999	9.999,00	99,99
Flavio Jose Rissato Adorno	1	1,00	0,01
Total	10.000	10.000,00	100

Em 10 de outubro de 2011, mediante a celebração da Primeira Alteração de Contrato Social da Sociedade, foi aprovado o aumento de capital da Sociedade em R\$5.000,00 (cinco mil reais), mediante a emissão de 5.000 (cinco mil) novas cotas, cada uma com valor nominal de R\$1,00 (um real), sendo que referido aumento do capital social foi totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, pela sócia TRX Investimentos Imobiliários S.A.. Desta forma, o capital social da Sociedade passou a ser de R\$15.000,00 (quinze mil reais), dividido em 15.000 (quinze mil) cotas.

Em 23 de janeiro de 2013, mediante a celebração da Segunda Alteração de Contrato Social da Sociedade, foi aprovado o aumento de capital da Sociedade, mediante o qual:

- Luiz Augusto Faria do Amaral, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.003.145-2 (SPP/SP), inscrito no CPF sob o nº 287.209.408-31 ("Luiz Augusto"), subscreveu e integralizou 1 (uma) cota, com valor nominal unitário de R\$1,00 (um real), totalizando R\$1,00 (um real); e
- José Alves Neto, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.544.132-5 (SPP/SP), inscrito no CPF sob o nº 277.920.228-97 ("José"), subscreveu e integralizou 1 (uma) cota, com valor nominal unitário de R\$1,00 (um real), totalizando R\$1,00 (um real).

Desta forma, o capital social da Sociedade passou a ser de R\$ 15.002,00 (quinze mil e dois reais), dividido em 15.002 (quinze mil e duas) cotas.

Informações prestadas com base nas posições de 31 de dezembro de 2016

Em 08 de novembro de 2013, mediante a celebração da Terceira Alteração de Contrato Social da Sociedade, foi aprovada a cessão e transferência de 1 (uma) cota da titularidade do sócio Flavio, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real), no valor total de R\$ 1,00 (um real) para a Sociedade, retirando-se, assim, da Sociedade.

Em 14 de novembro de 2014, mediante a celebração da Quarta Alteração de Contrato Social da Sociedade, foi aprovada a alteração da sede social da sociedade para a Avenida das Nações Unidas, nº 8.501, Edifício Eldorado Business Tower, 31º andar, escritório 311, parte B, sala A, Pinheiros, na Cidade e Estado de São Paulo, SP, CEP 05425-070.

Em 24 de março de 2015, mediante a celebração da Quinta Alteração de Contrato Social da Sociedade, a TRX Holding Investimentos e Participações S.A. (atual denominação da TRX Investimentos Imobiliários) cedeu 1 (uma) cota da Sociedade com valor nominal de R\$1,00 (um real) para a TRX Consultoria e Participações Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.103.377/0001-09 (“TRX Consultoria”).

Em 18 de dezembro de 2015, mediante a celebração da Sexta Alteração de Contrato Social da Sociedade, (i) foi aceito o pedido de renúncia do senhor Eduardo Lins de Lima Menge, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 213.962.008-94 ao cargo de administrador da Sociedade.

Atualmente o capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 15.002,00 (quinze mil e dois reais), dividido em 15.002 (quinze mil e duas) cotas, com valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma, distribuído entre os sócios da seguinte forma:

Sócio	Quantidade de Quotas	Valor (em R\$)	Participação (em %)
TRX Holding Investimentos e Participações S.A.	14.999	14.999,00	99,97
TRX Consultoria e Participações Ltda.	1	1,00	0,01
Luiz Augusto Faria do Amaral	1	1,00	0,01
José Alves Neto	1	1,00	0,01
Total	15.002	15.002,00	100

Por fim, a Sociedade informa que não realizou operações relevantes de incorporação, fusão, cisão, alienação ou aquisição de controle societário.

b. Escopo das atividades

Não houve mudanças no escopo de atividades da Sociedade.

c. Recursos humanos e computacionais

Não houve mudança relevante nos recursos humanos da Sociedade.

Em relação aos sistemas computacionais, atualmente a companhia possui:

Instalações TI:

- Sala de servidores com controle de acesso por biometria.
- Servidores com hardware em redundância
- Servidores Dell com fontes redundantes (garantia 5 anos)
- Servidores Dell com disco SAS 15K em Raid 10 + Spare (garantia 5 anos)
- Energia elétrica: Entrada de energia publica, gerador do prédio entra em operação caso necessário em 5 min e temos no-break's inteligentes autonomia para 45 Min , ambiente desenvolvido para paradas somente com agendamento.
- Software – Parque licenciando com e Microsoft no programa OPEN + Office 365 + Azure + ADSF
- Switch / Firewall / Telefonia.
- Switch's Cisco Catalyst (Layer 2 /3)
- Telefonia CUCM Cisco
- Firewall - <http://www.juniper.net/us/en/products-services/security/srx-series/srx240>

Backup:

- E-mail – utilizamos a plataforma 365 da Microsoft com alta disponibilidade e backup de 2 anos + archive
- Servidor de arquivos – Servidor com discos em Raid-10
- Cópia diária incremental com robocopy em storage da lomega (IX4-200)
http://download.lenovo.com/nasupdate/manuals/ix4-200d_cloud/ix4-200d_en_us.pdf com arquivo de log, armazena 12 meses de informação de forma incremental.
- Utilizamos ainda cópia de segurança do Windows com “ 06 copias diárias em ambiente de produção “ armazena 30 dias.
- Cópia deste servidor em nossa estrutura em Miami.

No-breaks, capacidade dos servidores, links de internet e telefonia

- Servidores Dell Modelos (R710 / R530) Fontes redundante / Disco em Raid 10
- 08 x 600 SAS 15K (RAID 10) + 02 x 02TB SATA 7.2 (Espelhamento)
- Storage da lomega com 04 disco de 02TB com espelhamento
- No-Break APC = http://www.apc.com/resource/include/techspec_index.cfm?base_sku=su3000rmlx13u
- Internet = Link dedicado Algar Telecom 20MB FULL

Informações prestadas com base nas posições de 31 de dezembro de 2016

- Telefonia = 02 E1 Embratel (total de 60 Canais)
- Conexão com BR / US por VPN (Cluster de PABX)

E-mail, firewall e sistemas de antivírus

- E-mail = Exchange na plataforma Office 365, temos archive de todo o conteúdo enviado, recebido e apagado
- Firewall de borda = <http://www.juniper.net/us/en/products-services/security/srx-series/srx240>
- Antivírus = produto “ESET ENDPOINT Security”

Meios de comunicação alternativos ao sistema corporativo

- Internamente utilizando Skype for Business (com auditoria) para chat corporativo
- Política de bloqueio para instalação de aplicativos nos desktop
- Dropbox e aplicativo P2P são bloqueados na rede
- Criptografia de arquivos armazenados na rede.

d. Regras, políticas procedimentos e controles internos

Em 2016 a Gestora adotou um novo manual anticorrupção, um manual de fatos relevantes, e reestruturou sua política de risco.

3. Histórico da empresa

3.1. Descrever os recursos humanos da empresa, fornecendo as seguintes informações:

a. Número de sócios

A Sociedade possui 4 (quatro) sócios:

- TRX Holding Investimentos e Participações S.A. (99,97%)
- TRX Consultoria e Participações Ltda. (0,01%)
- Luiz Augusto Faria do Amaral (0,01%)
- José Alves Neto (0,01%)

b. Número de empregados

01 Diretor de Risco

01 Diretor Jurídico e de Compliance

c. Número de terceirizados

Informações prestadas com base nas posições de 31 de dezembro de 2016

A Gestora terceirizou os seguintes cargos junto a TRX Holding Investimentos e Participações S.A.:

- 02 analistas de valores mobiliários
- 01 analista de equipe de Risco
- 02 analistas de Compliance/Jurídico
- 01 analistas de Relações com Investidores
- 02 analistas de Middle Office
- 03 analistas de gestão de propriedades

- d. **Lista das pessoas naturais que são registradas na CVM como administradores de carteiras de valores mobiliários e atuam exclusivamente como prepostos ou empregados da empresa**

Nome	Cargo
Luiz Augusto Faria do Amaral (CPF 287.209.408-31)	Gestor

4. Auditores

4.1. Em relação aos auditores independentes, indicar, se houver:

(a) **nome empresarial:** Ernest Young Auditores Independentes

(b) **data da contratação dos serviços:** 2015

(c) **descrição dos serviços contratados:** serviços de auditoria, incluindo exame de demonstrações financeiras elaboradas pela administração da Sociedade, e emitir relatório com opinião baseada na análise realizada.

5. Resiliência Financeira

5.1. Com base nas demonstrações financeiras, ateste:

- a. **Se a receita em decorrência de taxas com bases fixas a que se refere o item 9.2.a é suficiente para cobrir os custos e os investimentos da empresa com a atividade de administração de carteira de valores mobiliários**

Conforme exposto das demonstrações financeiras referentes ao exercício social de 2015, as receitas da Sociedade são compatíveis com as despesas. A Sociedade informa que seus colaboradores são contratados por sua controladora, a saber, TRX Holding Investimentos e Participações S.A.

Informações prestadas com base nas posições de 31 de dezembro de 2016

- b. Se o patrimônio líquido da empresa representa mais do que 0,02% dos recursos financeiros sob administração de que trata o item 6.3.c e mais do que R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)

Sim.

6. Escopo das atividades

6.1. Descrever detalhadamente as atividades desenvolvidas pela empresa, indicando, no mínimo:

- a. Tipos e características dos serviços prestados (gestão discricionária, planejamento patrimonial, controladoria, tesouraria, etc.)

Gestão discricionária de fundos de investimentos.

- b. Tipos e características dos produtos administrados ou geridos (fundos de investimento, fundos de investimento em participação, fundos de investimento imobiliário, fundos de investimento em direitos creditórios, fundos de índice, clubes de investimento, carteiras administradas, etc.)

- Fundo de Investimento em Participações (“FIP”) e Fundos de Investimento em Cotas de FIPs.
- Fundo de Investimento em Participações – Infraestrutura (“FIP-IE”) e Fundos de Investimento em Cotas de FIP-IE.
- Fundo de Investimento Imobiliários (“FII”) e Fundos de Investimento em Cotas de FII.
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC”) e Fundos de Investimento em Cotas de FIDC.
- Fundo de Investimento Multimercado (“FIM”) e Fundos de Investimento em Cotas de FIM.

c. **Tipos de valores mobiliários objeto de administração e gestão**

- (i) FIPs: o objetivo preponderante desta modalidade de fundo é investir em sociedades de propósito específico (“SPE”) de desenvolvimento imobiliário;
- (ii) FIP-IEs: o objetivo preponderante desta modalidade de fundo de investimento é investir em SPEs para desenvolvimento de ativos relacionados ao setor de infraestrutura;
- (iii) FIIs: o objetivo preponderante desta modalidade de fundo de investimento é investir em imóveis que geram renda aos investidores;
- (iv) FIDCs: o objetivo preponderante dessa modalidade de fundo é investir em crédito privado emitido por empresas relacionadas ao setor de infraestrutura;

Informações prestadas com base nas posições de 31 de dezembro de 2016

(v) FIMs e FICs: o objetivo preponderante destas modalidades de fundo de investimento investir em cotas de FIP, FIP-IE, FII e FIDC, sendo que em cada espécie de fundo a estratégia estará específica em seu regulamento.

d. Se atua na distribuição de cotas de fundos de investimento de que seja administrador ou gestor

N/A

6.2. Descrever resumidamente outras atividades desenvolvidas pela empresa que não sejam de administração de carteiras de valores mobiliários, destacando: (i) os potenciais conflitos de interesses existentes entre tais atividades, e (ii) as informações sobre as atividades exercidas por sociedades controladoras, controladas, coligadas e sob controle comum ao administrador e os potenciais conflitos de interesses existentes entre tais atividades.

N/A.

Informações prestadas com base nas posições de 31 de dezembro de 2016

6.3. Descrever o perfil dos investidores de fundos e carteiras administradas geridos pela empresa, fornecendo as seguintes informações:

a. Número de investidores (total e dividido entre fundos e carteiras destinados a investidores qualificados e não qualificados);

Fundo	Quantidade de investidores	Qualificado: S/N
TRX Realty Logística Renda I Fundo de Investimento Imobiliário	2417	Não
TRX Edifícios Corporativos Fundo de Investimento Imobiliário	3237	Não
TRX Realty I Fundo de Investimento em Participações	164	Sim
TRX Infraestrutura I - Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura	9	Sim
TRX Desenvolvimento Modular Fundo de Investimento em Participações (Piracicaba)	18	Sim
TRX Desenvolvimento Modular Santa Cruz Fundo de Investimento em Participações	13	Sim
TRX MetroFit Fundo de Investimento em Participações II	4	Sim
TRX Realty II FIP	2	Sim
TRX Realty IV FIP	1	Sim
Fundo de Investimento em Participações TRX Desenvolvimento Imobiliário I	19	Sim
TRX Parques Logísticos Fundo de Investimento em Participações	20	Sim
Real Estate Fundo de Investimento em Participações	1	Sim
MF Founders Fundo de Investimento em Participações	3	Sim
Fundo de Investimento Imobiliário Humaitá	1	Sim
TRX Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Desenvolvimento Imobiliário I	209	Sim
TRX Fundo de Investimento de Direitos Creditórios	8	Sim

data base: 31 de dezembro de 2016.

*Informações prestadas com base nas posições de 31 de dezembro de 2016***b. Número de investidores, dividido por:**

Tipo de investidor	Quantidade de investidores
i. pessoas naturais	6077
ii. pessoas jurídicas (não financeiras ou institucionais)	27
iii. instituições financeiras	-
iv. entidades abertas de previdência complementar	-
v. entidades fechadas de previdência complementar	-
vi. regimes próprios de previdência social	-
vii. seguradoras	-
viii. sociedades de capitalização e de arrendamento mercantil	-
ix. clubes de investimento	-
x. fundos de investimento	20
xi. investidores não residentes	2
xii. outros (especificar)	-

data base: 31 de dezembro de 2016.

Informações prestadas com base nas posições de 31 de dezembro de 2016

- c. Recursos financeiros sob administração (total e dividido entre fundos e carteiras destinados a investidores qualificados e não qualificados)

Fundo	Patrimônio líquido	Qualificado: S/N
TRX Realty Logística Renda I Fundo de Investimento Imobiliário	R\$ 149.850.366,36	Não
TRX Edifícios Corporativos Fundo de Investimento Imobiliário	R\$ 71.207.129,40	Não
TRX Realty I Fundo de Investimento em Participações	R\$ 95.478.813,42	Sim
TRX Infraestrutura I - Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura	R\$ 10.493.473,60	Sim
TRX Desenvolvimento Modular Fundo de Investimento em Participações (Piracicaba)	R\$ 7.791.777,08	Sim
TRX Desenvolvimento Modular Santa Cruz Fundo de Investimento em Participações	R\$ 2.018.969,21	Sim
TRX MetroFit Fundo de Investimento em Participações II	R\$ 14.846.583,54	Sim
TRX Realty II FIP	R\$ 22.954.839,29	Sim
TRX Realty IV FIP	R\$ 19.752.147,75	Sim
Fundo de Investimento em Participações TRX Desenvolvimento Imobiliário I	R\$ 110.348.742,60	Sim
TRX Parques Logísticos Fundo de Investimento em Participações	R\$ 56.409.190,26	Sim
Real Estate Fundo de Investimento em Participações	R\$ 67.655.767,92	Sim
MF Founders Fundo de Investimento em Participações	R\$ 985.814,71	Sim
Fundo de Investimento Imobiliário Humaitá	R\$ 14.406.627,53	Sim
TRX Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Desenvolvimento Imobiliário I	R\$ 76.061.999,58	Sim
TRX Fundo de Investimento de Direitos Creditórios	R\$ 32.257.248,68	Sim

data base: 31 de dezembro de 2016.

- d. Recursos financeiros sob administração aplicados em ativos financeiros no exterior

Os fundos de investimento da Gestora não investem em ativos financeiros no exterior.

Informações prestadas com base nas posições de 31 de dezembro de 2016

- e. Recursos financeiros sob administração de cada um dos 10 (dez) maiores clientes (não é necessário identificar os nomes)

Investidor	R\$
1	69.522.657,61
2	38.119.945,90
3	22.518.577,48
4	6.418.928,66
5	6.000.000,00
6	5.000.000,00
7	5.000.000,00
8	4.200.000,00
9	3.132.134,16
10	4.200.000,00

data base: 31 de dezembro de 2016.

- f. Recursos financeiros sob administração, dividido entre investidores:

Tipo de investidor	Quantidade de investidores
i. pessoas naturais	R\$ 641.106.512,73
ii. pessoas jurídicas (não financeiras ou institucionais)	R\$ 4.336.090,51
iii. instituições financeiras	-
iv. entidades abertas de previdência complementar	-
v. entidades fechadas de previdência complementar	-
vi. regimes próprios de previdência social	-
vii. seguradoras	-
viii. sociedades de capitalização e de arrendamento mercantil	-
ix. clubes de investimento	-
x. fundos de investimento	R\$ 39.135.233,50
	R\$ 0,00
xi. investidores não residentes	R\$ 67.941.654,19
xii. outros (especificar)	-

data base: 31 de dezembro de 2016.

*Informações prestadas com base nas posições de 31 de dezembro de 2016***6.4. Fornecer o valor dos recursos financeiros sob administração, dividido entre:**

Modalidade	R\$
a. ações	354.977.694,96
b. debêntures e outros títulos de renda fixa emitidos por pessoas jurídicas não financeiras	72.164.677,39
c. títulos de renda fixa emitidos por pessoas jurídicas financeiras	-
d. cotas de fundos de investimento em ações	-
e. cotas de fundos de investimento em participações	73.277.029,19
f. cotas de fundos de investimento imobiliário	-
g. cotas de fundos de investimento em direitos creditórios	-
h. cotas de fundos de investimento em renda fixa	-
i. cotas de outros fundos de investimento	45.227.359,38
j. derivativos (valor de mercado)	-
k. outros valores mobiliários	1.489.598,00
l. títulos públicos	-
m. outros ativos	387.613.530,10

data base: 31 de dezembro de 2016.

6.6. Fornecer outras informações que a empresa julgue relevantes

N/A

7. Grupo econômico**7.1. Descrever o grupo econômico em que se insere a empresa, indicando:****a. Controladores diretos e indiretos**Controlador direto: TRX Holding e Participações S.A., ("**TRX Holding**"): 99,97%.

Controladores indiretos: Luiz Augusto Faria do Amaral e José Alves Neto (61% da TRX Holding)

b. Controladas e coligadas

A TRX Gestora de Recursos Ltda. não controla outras empresas.

A TRX Gestora de Recursos Ltda. não possui sociedades coligadas.

c. Participações da empresa em sociedades do grupo

A TRX Gestora de Recursos Ltda. não possui participação em sociedades do grupo.

d. Participações de sociedades do grupo na empresa

TRX Consultoria e Participações Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 22.103.377/0001-09 ("TRX Consultoria"): 0,01%

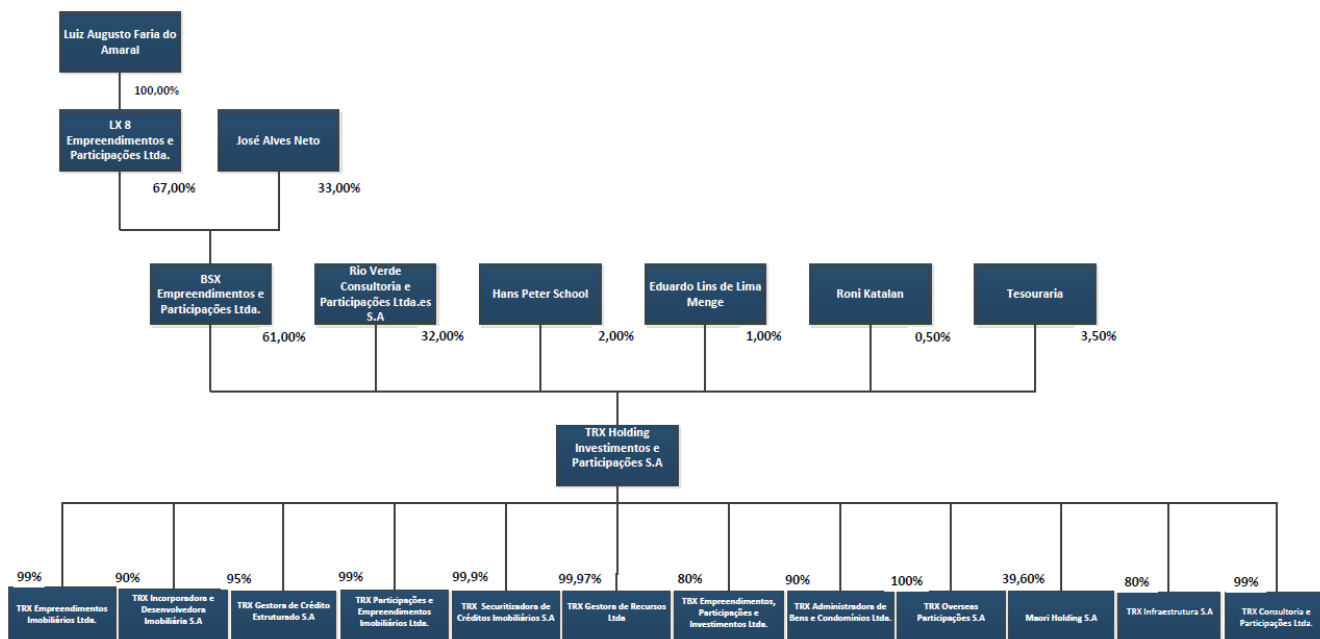
e. Sociedades sob controle comum

São sociedades operacionais sob controle comum da TRX Holding:

- TRX Empreendimentos Imobiliários Ltda.
- TRX Incorporadora e Desenvolvedora Imobiliária S.A.
- TRX Crédito Estruturado S.A.
- TRX Participações e Empreendimentos Imobiliários S.A.
- TRX Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A.
- TRX Empreendimentos, Participações e Investimentos S.A.
- TRX Administradora de Bens e Condomínios Ltda.
- TRX Overseas Participações S.A.
- Maori Holding S.A.
- TRX Infraestrutura S.A.
- TRX Infraestrutura S.A.
- TRX Consultoria e Participações Ltda.

O organograma detalhado do grupo encontra-se no item 7.2 abaixo.

7.2. Caso a empresa deseje, inserir organograma do grupo econômico em que se insere a empresa, desde que compatível com as informações apresentadas no item 7.1.



8. Estrutura operacional e administrativa

8.1. Descrever a estrutura administrativa da empresa, conforme estabelecido no seu contrato ou estatuto social e regimento interno, identificando: (i) as atribuições de cada órgão, comitê e departamento técnico, e (ii) em relação aos comitês, sua composição, frequência com que são realizadas suas reuniões e a forma como são registradas suas decisões, e (iii) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais.

a. Órgãos colegiados

- Comitê de Compliance

- **Membros:** Luiz Augusto Faria do Amaral (Diretor de Gestão), José Alves Neto (Diretor Administrativo) e Vitor Nogueira (Diretor Jurídico e de Compliance)

- **Atribuições:** i) Definir a estratégia e aprovar o programa de compliance da Gestora; (ii) Aprovar manuais internos de *compliance*, o Código de Ética e outras normas e regulamentos referentes à política de *compliance* da Sociedade; (iii) Recomendar, propor e adotar orientações e políticas novas, e determinar a modificação, substituição ou a extinção das existentes; (iv) Nomear o Diretor de

Informações prestadas com base nas posições de 31 de dezembro de 2016

Compliance e aprovar indicações de colaboradores que comporão a área de *compliance*; (v) Avocar quaisquer matérias envolvendo o programa de *compliance*, violações a regras e regulamentos (prevenção, aplicação e medidas corretivas); e (vi) Avocar quaisquer matérias envolvendo conflitos de interesses.

- **Reuniões** : Anual.
- **Registro de decisões**: Ata

- **Comitê de Risco**

- **Membros**: Luiz Augusto Faria do Amaral (Diretor de Gestão), Carlos Braga, Barbara Munin (Diretora de Risco), Vitor Nogueira (Diretor Jurídico e de Compliance) e Alessandro Lopes.
- **Atribuições**: i) Definir a estratégia e aprovar o programa de gestão de risco da Gestora; (ii) Aprovar manuais internos de risco; (iii) Recomendar, propor e adotar orientações e políticas novas, e determinar a modificação, substituição ou a extinção das existentes; (iv) Nomear o Diretor de Risco e aprovar indicações de colaboradores que comporão a área de risco; (v) Rever relatórios de risco, receber notícia de violações a limites e parâmetros e determinar medidas corretivas; e (v) Avocar quaisquer matérias envolvendo gestão de riscos.
- **Reuniões** : Mensais, ou extraordinárias
- **Registro de decisões**: Ata

- **Comitê de Investimentos**

- **Membros**: Luiz Augusto Faria do Amaral (Diretor de Gestão), Carlos Braga, Barbara Munin (Diretora de Risco), Vitor Nogueira (Diretor Jurídico e de Compliance) e Alessandro Lopes.
- **Atribuições**: (i) Analisar os investimentos propostos pelas empresas do grupo e validar andamento dos negócios existentes e (ii) Amparar a tomada de decisão do Conselho de Administração (C.A.) sobre novos negócios e negócios em andamento
- **Reuniões** : Semanais, ou extraordinárias
- **Registro de decisões**: Ata

b. Diretorias

- **Diretoria de Compliance**

- **Liderança:** Vitor Nogueira (Diretor Jurídico e de Compliance)

- **Poderes:** (i) Implementar o programa de compliance da Sociedade; (ii) Analisar possíveis violações à política de compliance do Grupo TRX ou às leis e regulações aplicáveis à Sociedade e a suas atividades; (iii) Determinar auditorias, requisição de documentos, tomada de contas, averiguações, investigações, medidas corretivas e soluções definitivas; (iv) Recomendar, propor e adotar orientações e políticas novas e determinar a modificação, substituição ou a extinção das existentes; (v) Analisar e decidir sobre conflitos de interesse em geral.

- **Atribuições da diretoria:** (i) Implementar o programa de compliance da Sociedade; (ii) Analisar possíveis violações à política de compliance do Grupo TRX ou às leis e regulações aplicáveis à Sociedade e a suas atividades; (iii) Determinar auditorias, requisição de documentos, tomada de contas, averiguações, investigações, medidas corretivas e soluções definitivas; (iv) Recomendar, propor e adotar orientações e políticas novas e determinar a modificação, substituição ou a extinção das existentes; (v) Analisar e decidir sobre conflitos de interesse em geral.

- **Diretoria de Risco**

- **Liderança:** Barbara Munin (Diretora de Risco)

- **Poderes:** (i) Monitorar as métricas e implementar os procedimentos definidos na Política; (ii) Construir indicadores, realizar estudos, preparar pesquisas; (iii) Propor medidas corretivas; e (iv) Recomendar, propor e adotar orientações e políticas novas e determinar a modificação, substituição ou a extinção das existentes.

- **Atribuições da diretoria:** (i) Implementar a Política de Risco, planejando a execução e executando os procedimentos definidos pelo Comitê de Risco; (ii) Redigir os manuais, procedimentos e regras de risco; (iii) Apontar desenquadramentos e aplicar os procedimentos definidos na Política aos casos fáticos; (iv) Produzir relatórios de risco e levá-los ao Gestor; e (v) Auxiliar o Comitê de Risco e o Conselho de Administração da TRX Holding (“CA”) em qualquer questão atinente a sua área.

- **Diretoria de Investimentos**

Informações prestadas com base nas posições de 31 de dezembro de 2016

- **Liderança:** Luiz Augusto Faria do Amaral
- **Poderes:** (i) Representar a Gestora, (ii) Gerir a carteira dos fundos, (iii) Tomar decisões de investimento e desinvestimento; (iv) Coordenar a análise e pesquisa de oportunidades de investimentos; (v) coordenar a estruturação e oferta de produtos (vi) Representar a Gestora, (vii) Estruturar a área administrativa da Gestora, (viii) Tomar executivas; e (ix) Coordenar Recursos Humanos e Tecnologia.
- **Atribuições da diretoria:** (i) Implementar a Política de Investimento, planejando a execução e executando os procedimentos definidos pelo Comitê de Investimento; (ii) Coordenar a equipe de Investimento; (iii) Coordenar a equipe de relacionamento com investidores.

8.2. Caso a empresa deseje, inserir organograma da estrutura administrativa da empresa, desde que compatível com as informações apresentadas no item 8.1.



8.3. Em relação a cada um dos diretores de que tratam os itens 8.4, 8.5, 8.6 e 8.7 e dos membros de comitês da empresa relevantes para a atividade de administração de carteiras de valores mobiliários, indicar, em forma de tabela: (i) nome, (ii) idade, (iii) profissão, (iv) CPF ou número do passaporte, (v) cargo ocupado, (vi) data da posse, (vii) prazo do mandato, e (viii) outros cargos ou funções exercidas na empresa.

NOME	IDADE	PROFISSÃO	CPF	CARGO	POSSE	MANDATO	OUTROS CARGOS
------	-------	-----------	-----	-------	-------	---------	---------------

Informações prestadas com base nas posições de 31 de dezembro de 2016

Luiz Augusto Faria do Amaral	37 anos	Engenheiro Civil	287.209.408-31	Diretor de Gestão	agosto de 2011	indeterminado	presidente do grupo TRX
Vitor Caetanel Nogueira	36 anos	Advogado	218.086.418-33	Diretor Jurídico e de Compliance	junho de 2016.	Indeterminado	n/a
Barbara Bueno Munin	32 anos	Administradora de empresas	339.501.658-78	Diretora de risco	junho de 2016	Indeterminado	n/a

8.4. Em relação aos diretores responsáveis pela administração de carteiras de valores mobiliários, fornecer:

a. Currículo, contendo as seguintes informações:

i. Cursos concluídos;

ii. Aprovação em exame de certificação profissional

iii. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram
- datas de entrada e saída do cargo

Luiz Augusto Faria do Amaral

MBA Executivo de Economia, com ênfase em mercado imobiliário, pela Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo. É graduado em Engenharia Civil pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo. Atuou, de janeiro de 1998 a dezembro 2007, na Tamiz Engenharia, no mercado de incorporação e construção no estado de São Paulo. Foi responsável por diversos empreendimentos residenciais e comerciais, bem como pela estruturação da empresa, como diretor técnico e de engenharia. Como sócio fundador e idealizador da TRX, iniciou, em janeiro de 2008, as atividades de CEO e CFO da empresa. Foi responsável pela estruturação e pela distribuição de diversos fundos de investimento geridos pela TRX, com destaque para a negociação e a formalização da sociedade com o FI-FGTS (CAIXA) e o ESPB para constituição da Logbras, empresa do grupo focada no desenvolvimento de grandes parques logísticos.

8.5. Em relação ao diretor responsável pela implementação e cumprimento de regras, políticas, procedimentos e controles internos e desta Instrução, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

Informações prestadas com base nas posições de 31 de dezembro de 2016

- i. cursos concluídos;
- ii. aprovação em exame de certificação profissional
- iii. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:
 - nome da empresa
 - cargo e funções inerentes ao cargo
 - atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram
 - datas de entrada e saída do cargo

Vitor Caetanel Nogueira

Direito pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP. Possui 10 anos de experiência no mercado imobiliário e de capitais brasileiros, com sólidos conhecimentos na concepção, desenvolvimento, planejamento e implantação de diversos tipos de operações estruturadas em tais áreas. Na área imobiliária, possui vasta experiência em incorporação, intermediação, administração e regularização imobiliária, além de operações estruturadas em geral (com forte atuação da estruturação, negociação e implantação de operações do tipo *built to suit, sale and leaseback, acquisition*, etc). Na área de capitais, possui vivência na constituição e rotina de Fundos de Investimentos (FIPs e FIIs) e em operações estruturadas específicas (como Debêntures, Securitização de Recebíveis, Certificados de Recebíveis Imobiliários, etc). Possui habilidades e conhecimentos em operações de M&A, tendo atuado na condução e negociação de diversas delas. Atuou na Fibra Empreendimentos Imobiliários S.A. (empresa do Grupo Steinbruch) desde a constituição desta, onde foi responsável pela montagem da área jurídica e teve como principal missão o planejamento, execução e conclusão do projeto de transferência de todo Land Bank do Grupo Steinbruch para a Fibra (braço imobiliários do grupo) e regularização de seus ativos. Atuou também na Coelho da Fonseca Empreendimentos Imobiliários S.A., onde foi responsável pela reestruturação da área jurídica e teve como principal missão o planejamento, negociação e conclusão de operações de expansão territorial, por meio de operações de M&A.

8.6. Em relação ao diretor responsável pela gestão de risco, caso não seja a mesma pessoa indicada no item anterior, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

- i. cursos concluídos;
- ii. aprovação em exame de certificação profissional
- iii. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:
 - nome da empresa
 - cargo e funções inerentes ao cargo

Informações prestadas com base nas posições de 31 de dezembro de 2016

- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram
- datas de entrada e saída do cargo

Barbara Bueno Munin

Administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Atuou no Banif CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A. no período de 2008 a 2009 e no Banif Banco de Investimentos S.A. de 2009 a 2012. Atua na área de mercado de capitais desde 2009. Foi responsável pela coordenação, estruturação e distribuição de produtos tais como CRI, CRA, FIDC, FII, FIP, debêntures e notas promissórias. Foi responsável pela gestão de 3 Fundos de Investimentos Imobiliários e 15 Fundos de Investimentos em Participações que somavam aproximadamente R\$ 830.000.000,00, além da TRX Securitizadora. Atualmente é responsável pela implantação do sistema de gerenciamento de risco dos fundos e produtos da TRX.

8.7. Em relação ao diretor responsável pela atividade de distribuição de cotas de fundos de investimento, caso não seja a mesma pessoa indicada no item 8.4, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

- i. cursos concluídos;
- ii. aprovação em exame de certificação profissional
- iii. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:
 - nome da empresa
 - cargo e funções inerentes ao cargo
 - atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram
 - datas de entrada e saída do cargo

N/A.

8.8. Fornecer informações sobre a estrutura mantida para a gestão de recursos, incluindo:

- a. quantidade de profissionais
- b. natureza das atividades desenvolvidas pelos seus integrantes
- c. os sistemas de informação, as rotinas e os procedimentos envolvidos

A área de gestão é composta pelos seguintes:

- 01 Diretor de Gestão

- 02 Analistas de Investimentos

Informações prestadas com base nas posições de 31 de dezembro de 2016

Atuam na gestão dos ativos dos Fundos. A gestão de ativos utiliza Bloomberg e Quantum como sistema de suporte.

- 01 Análises de Relações com Investidores

Atuam na elaboração de relatórios dos fundos geridos pela Sociedade e da Sociedade, eventos periódicos e suporte ao investidor. A equipe utiliza os sistemas Quantum, Economidia e Neo1 como suporte às atividades.

- 02 Analistas de Middle Office

Atuam em operações, processamentos e rotinas, e relatórios de suporte à TRX Holding Investimentos e Participações S.A. A equipe de Middle utiliza TOTVS e Quantum como sistema de suporte às atividades.

- 03 Analistas de Propriedades

Atuam no monitoramento dos imóveis adquiridos pelos Fundos. A equipe utiliza o sistema Doctor Joé como suporte às atividades.

8.9. Fornecer informações sobre a estrutura mantida para a verificação do permanente atendimento às normas legais e regulamentares aplicáveis à atividade e para a fiscalização dos serviços prestados pelos terceiros contratados, incluindo:

- a. quantidade de profissionais
- b. natureza das atividades desenvolvidas pelos seus integrantes
- c. os sistemas de informação, as rotinas e os procedimentos envolvidos
- d. a forma como a empresa garante a independência do trabalho executado pelo setor

- 01 Diretor de Compliance

- 02 colaboradores na equipe de Compliance/Jurídico

Atuam no controle e procedimentos do Manual de Compliance, Política de Fato Relevante, Política de voto e processos regulatórios. A área jurídica utiliza jurídico externo como suporte às atividades. São utilizados sistemas proprietários de controle de processos fluxos, sistemas comerciais de controle de documentos, e sistemas customizados de controle de projetos.

8.10. Fornecer informações sobre a estrutura mantida para a gestão de riscos, incluindo:

- a. quantidade de profissionais
- b. natureza das atividades desenvolvidas pelos seus integrantes
- c. os sistemas de informação, as rotinas e os procedimentos envolvidos
- d. a forma como a empresa garante a independência do trabalho executado pelo setor

- 01 Diretor de Risco

- 01 Analista de Risco

Atua nos controles e procedimentos do Manual de Risco e análise de sensibilidade dos ativos da carteira do Fundo. A gestão de risco utiliza a Quantum como sistema de suporte. São utilizados sistemas proprietários de controle de processos riscos, sistemas comerciais de controle de documentos, e sistemas customizados de controle de processos e mapeamento de risco operacional.

8.12. Fornecer informações sobre a área responsável pela distribuição de cotas de fundos de investimento, incluindo:

- a. quantidade de profissionais
- b. natureza das atividades desenvolvidas pelos seus integrantes
- c. programa de treinamento dos profissionais envolvidos na distribuição de cotas
- d. infraestrutura disponível, contendo relação discriminada dos equipamentos e serviços utilizados na distribuição
- e. os sistemas de informação, as rotinas e os procedimentos envolvidos

N/A

8.13. Fornecer outras informações que a empresa julgue relevantes

N/A

9. Remuneração da empresa

9.1. Em relação a cada serviço prestado ou produto gerido, conforme descrito no item 6.1, indicar as principais formas de remuneração que pratica.

A Sociedade atua apenas na gestão de fundos de investimentos. A remuneração praticada é a “Taxa de gestão” e “Taxa de performance”. Os valores estão descritos no regulamento de cada Fundo.

9.2. Indicar, exclusivamente em termos percentuais sobre a receita total auferida nos 36 (trinta e seis) meses anteriores à data base deste formulário, a receita proveniente, durante o mesmo período, dos clientes em decorrência de:

Receita	Percentual
---------	------------

Informações prestadas com base nas posições de 31 de dezembro de 2016

Taxas com bases fixas	90%
Taxas de <i>performance</i>	10%
Taxas de ingresso	-
Taxas de saída	-
Outras taxas	-

9.3. Fornecer outras informações que a empresa julgue relevantes

N/A

10. Regras, procedimentos e controles internos

10.1. Descrever a política de seleção, contratação e supervisão de prestadores de serviços

a) Permissão para contratação de terceiros

A Gestora poderá contratar terceiros para a prestação de determinados serviços relacionados aos seus respectivos objetos sociais, sempre que permitido pela legislação ou regulamentação aplicáveis ao exercício de sua atividade. Para fins da contratação de terceiros, a referida empresa deverá observar os critérios de qualificação técnica, capacidade operacional, licenças, preço e idoneidade do terceiro contratado. A aferição destas condições será realizada através da análise de documentação, e eventual realização de visitas (*due dilligence*), bem como quaisquer outros procedimentos que sejam julgados necessários para comprovar as qualificações do terceiro contratado.

b) Recrutamento e Seleção

A contratação de prestadores e colaboradores considera a qualificação adequada para cada posição a ser ocupada, e avaliará não somente a formação técnica dos candidatos, mas também suas experiências em trabalhos anteriores. Especificamente no caso de Colaboradores envolvidos na área de gestão de recursos com alçada para tomada de decisões, a contratação de colaboradores está condicionada à devida certificação nos termos determinados pela ANBIMA.

10.2. Descrever como os custos de transação com valores mobiliários são monitorados e minimizados.

Cada fundo de investimento possui um pacote de serviços com a instituição custodiante. De acordo com a quantidade de fundos de investimento cadastrados, os valores envolvidos podem sofrer descontos. Tendo em

Informações prestadas com base nas posições de 31 de dezembro de 2016

vista o tipo de ativo adquirido pelos fundos de investimento, não há necessidade de um grande número de movimentações e, portanto, em regra, não são gerados altos custos de transação aos fundos de investimento.

10.3. Descrever as regras para o tratamento de *soft dollar*, tais como recebimento de presentes, cursos, viagens etc.

Conforme estabelecido no manual de prevenção e combate à corrupção, o recebimento de donativos e contribuições somente serão permitidos se presentes os seguintes requisitos:

- a) Ausência real de benefícios diretos à TRX ou contraprestação por parte do receptor ou partes a ele relacionadas;
- b) Ausência real de relação comercial ou negociação em curso com o receptor ou partes a ele relacionadas;
- c) Idoneidade comprovada e documentada da instituição ou pessoa receptora;
- d) Probabilidade quase nula de efeitos negativos da prática sobre a reputação da TRX; e
- e) Intuito Real.

10.4. Descrever os planos de contingência, continuidade de negócios e recuperação de desastres adotados.

Plano de Continuidade de Negócios (PCN)

Conforme estabelecido pelo manual de *compliance* da Sociedade, o PCN visa definir os procedimentos emergenciais a serem seguidos pelos colaboradores, para evitar o risco de descontinuidade operacional, em situações de falta de acesso ao escritório sede ou aos recursos indispensáveis ao seu funcionamento normal. Os incidentes mais comuns que podem resultar em descontinuidade operacional são incêndios, enchentes, interrupção de serviços públicos, roubos, assaltos, tumultos, greves, ataques de hackers, vírus de computador, sabotagem, acidentes e erros humanos. O PCN não possui como objetivo impedir a ocorrência dos incidentes acima, mas sim assegurar o funcionamento normal das atividades do Grupo TRX, especialmente da Sociedade, apesar da sua eventual ocorrência, bem como reduzir os danos ou prejuízos que deles possam resultar. O PCN possui como objetivo subsidiário identificar as responsabilidades das empresas e dos indivíduos que desenvolvem ações específicas para mitigar riscos e coordenar os procedimentos emergenciais, bem como a estrutura voltada à prevenção dos riscos.

Situação de Emergência

Uma situação de emergência é aquela em que há risco de descontinuidade operacional, aqui entendido como o impedimento à execução de qualquer atividade essencial do Grupo TRX e especialmente da Sociedade, ou

Informações prestadas com base nas posições de 31 de dezembro de 2016

processo do qual dependa uma atividade essencial. São definidas como atividades essenciais numa situação de emergência:

- (i) atendimento ao cotista;
- (ii) disponibilização das informações diárias ao cotista via e-mail ou website;
- (iii) boletagem de operações ativas e passivas;
- (iv) compra e venda de ativos para os fundos geridos pela Sociedade;
- (v) conferência e liberação das carteiras diárias dos fundos geridos; e
- (vi) acesso aos sistemas de informação.

Nesse sentido, a configuração de uma situação de emergência independe do fato do escritório sede encontrar-se ou não disponível para funcionamento parcial, ou seja, mesmo que a limitação existente não impeça a execução de outras atividades não listadas acima. No entanto, para caracterizar uma situação de emergência, o impedimento à execução da atividade essencial deve ser por tempo prolongado ou indeterminado. Considera-se tempo prolongado sempre que o tempo transcorrido desde a interrupção da atividade alcance 2 horas, a expectativa de tempo até a solução da interrupção for superior a 2 horas, quando o tempo remanescente para a conclusão da atividade for insuficiente para sua execução no mesmo dia ou se a não execução imediata da atividade puder provocar prejuízo para os fundos geridos pela Sociedade. Uma vez constatada a situação de emergência, os colaboradores devem seguir os procedimentos definidos no PCN e, se necessário, entrar em contato com o Diretor de *compliance*, para obter orientação adicional.

Procedimentos de Emergência

Sempre que o acesso ao escritório sede estiver vedado, por qualquer razão, o primeiro colaborador da Sociedade que constatar a situação deverá acionar imediatamente o Diretor de *compliance* para comunicar o fato, caso este não esteja no local. Caso o motivo do impedimento seja a ocorrência de sinistro no escritório que possa implicar risco para segurança de terceiros – como incêndio, acidente grave, invasão, assalto, etc, antes de qualquer outra providência, o respectivo colaborador deverá comunicar o fato para o serviço público policial ou de emergência aplicável, conforme o caso, para só então acionar o Diretor de *compliance*.

Restrição ao funcionamento normal do escritório sede

A ocorrência de qualquer incidente no escritório da Sociedade que impeça a execução de atividade essencial ou a interrupção por tempo prolongado ou indeterminado de qualquer dos serviços públicos de água, energia elétrica, telefonia ou banda larga, caracterizam uma situação de emergência. No momento da constatação da interrupção do serviço público, o Diretor de *compliance* ou quem este indicar deverá contatar imediatamente

Informações prestadas com base nas posições de 31 de dezembro de 2016

o fornecedor do mesmo, para esclarecer a causa e o tempo estimado para a solução do problema. Caracterizada a situação de emergência, o Diretor de *compliance* deve comunicar a ativação do PCN aos colaboradores responsáveis por atividades essenciais, bem como acionar o site de contingência da Sociedade. Os demais colaboradores podem permanecer no escritório sede da Sociedade, aguardando a normalização do funcionamento, a menos que seja necessária a evacuação do local.

Recuperação de dados em caso de contingência

A Sociedade e sua controladora possuem 2 (dois) sites de trabalho: “US – BR”. Atualmente todo o tráfego está direcionado para o BR (TS / AD / Aplicações / Datafiles), em caso de qualquer dificuldade de trabalho no servidor do Brasil, a equipe de TI da TRX transfere o apontamento para Miami, que é o site de contingência. O tempo para normalização é de aproximadamente 2 (duas) horas. Todos os CUCM (Call Manager) estão em CLUSTER, caso um deles apresente problemas o outro assume a operação. Após constatada a situação de emergência envolvendo as instalações físicas da Sociedade o DdC tomará as seguintes providências:

- (i) determinar aos responsáveis pelas atividades essenciais que se dirijam imediatamente ao site de contingência, e orientar demais colaboradores para que permaneçam no escritório sede ou retornem para casa, conforme a gravidade do caso;
- (ii) caso o escritório sede da Sociedade ou de sua controladora necessite ser evacuado, se a situação de emergência permitir, deve assegurar que este seja fechado após a saída de todos, para impedir o acesso de pessoas não autorizadas;
- (iii) tão logo a situação de emergência permita, o Diretor de *compliance* deve se dirigir ao site de contingência da Sociedade;
- (iv) assegurar aviso no website da controladora da Sociedade, em especial no da Sociedade, resposta automática de e-mails com informações sobre a contingência, e telefone temporário para atendimento;
- (v) verificar pessoalmente o adequado funcionamento dos computadores e sistemas de informação no site de contingência da Sociedade, acionando o suporte de TI, se necessário;
- (vi) disponibilizar a base de dados gravada na unidade de back-up externo aos colaboradores que necessitam das informações;
- (vii) assegurar a comunicação da contingência às administradoras dos fundos de investimento geridos pela Sociedade e às corretoras de valores com as quais a Sociedade opera, bem como o telefone temporário para atendimento;

Informações prestadas com base nas posições de 31 de dezembro de 2016

- (viii) tão logo o site de contingência da Sociedade esteja em pleno funcionamento, o Diretor de *compliance* deve voltar sua atenção para a solução da causa da situação de emergência e o restabelecimento da normalidade do escritório sede da Sociedade e de sua controladora.

Uma vez tenha sido sanada a causa da situação de emergência, os colaboradores deverão retornar imediatamente para o escritório sede da Sociedade ou de sua controladora. O DdC será o último a deixar o local, para assegurar a adequada guarda dos equipamentos e informações. O DdC deverá assegurar que todos os demais colaboradores que não estiveram em trabalho sejam imediatamente informados após ter sido sanada a causa da situação de emergência. O mesmo se aplica aos investidores e prestadores de serviços.

Responsabilidade Pelo Plano de Continuidade de Negócios

A responsabilidade maior pela execução dos procedimentos de emergência é do DdC, e subsidiariamente, do CC, dentro das suas respectivas áreas de atuação. Nesse sentido, no que diz respeito à execução dos procedimentos aqui descritos, o Diretor de *compliance* possui autoridade sobre os demais, inclusive para delegar e determinar atribuições durante a situação de emergência. Não obstante a clara definição de responsabilidades acima, para assegurar a continuidade dos negócios, é imprescindível que todos os colaboradores tenham sempre presente a importância do espírito de prevenção de incidentes que levem a situações de emergência, bem como o pleno conhecimento e estrita observância deste plano de continuidade de negócios da Sociedade, independentemente da sua função ou nível hierárquico.

10.5. Descrever as políticas, práticas e controles internos para a gestão do risco de liquidez das carteiras de valores mobiliários.

Etapas do gerenciamento de risco e liquidez

Tendo em vista o público alvo e a peculiaridade da política de investimento dos fundos de investimento geridos pela Sociedade, bem como do histórico e quantidade de movimentações requisitadas pelos cotistas dos fundos de investimento geridos pela Sociedade, a Sociedade estabeleceu o seguinte processo formal do gerenciamento do risco de liquidez:

Etapa 1 – Gerenciamento prévio

Montagem da carteira do FIP subjacente com base numa programação de maturação de investimentos realizados, projeções de necessidades de caixa e realização de distribuições para feeders FIC FIMs Abertos, e oportunidades de mercado. Estabelecimento de um cronograma de investimento e desinvestimento de

Informações prestadas com base nas posições de 31 de dezembro de 2016

projetos, incluindo realização de distribuições e progresso de progressão das captações e resgates dos FIC FIMs Abertos.

Etapa 2 – Análise de liquidez imediata

Estimativa de liquidez imediata dos ativos por Fundo e da totalidade dos Fundos administrados pela Gestora:

- Cotas de fundo de investimento (ICVM 555): serão considerados de acordo com o seu prazo de cotização e liquidação de resgate;
- Títulos Públicos Federais: são considerados como 100% líquidas;
- Títulos de Renda Fixa de Emissão de Instituição Financeira: são considerados como 100% líquidas;
- Operações Compromissadas: são consideradas como 100% líquidas.

Estimativa da liquidez a ser recebida por Fundo por meio de distribuições realizadas pelos FIPs subjacentes, distribuições estas resultantes de desinvestimentos ou fluxos financeiros derivados de operações imobiliárias, aluguéis, etc.

Etapa 3 – Estimativa de necessidade de liquidez de curto prazo

Estimativa das obrigações dos Fundos para os próximos 360 (trezentos e sessenta) dias.

Etapa 4 – Aplicação de métricas e simulações

A Gestora aplica uma variante do Cash Flow Matching Approach (“ajuste de fluxo de caixa”) para realizar a gestão de liquidez dos FIC FIMs Abertos. Como regra geral, o Fundo deve manter ativos líquidos em volume igual ou superior à média ou mediana, o que for maior, dos resgates mensais (12 meses, 24 meses e histórico) do Fundo ponderados pelo patrimônio líquido. Além disso, realizam-se mensalmente simulações de valuation e projeções com cenários de stress, em que se projetam o cash flow e o valor de liquidação dos ativos dos FIPs e ativos subjacentes dos fundos, de modo a simular valores de liquidação em situações de stress. Tais simulações são submetidas a testes que consideram taxas de retorno interno (TIR) para os investimentos. O relatório de stress é produzido mensalmente e encontra-se disponível com a gestora.

Etapa 5 – Monitoramento de evolução de passivo vs ativo

Monitoramento do passivo por Fundo e da totalidade dos Fundos administrados pela Gestora por meio da verificação: (i) evolução da programação de investimento e desinvestimento dos FIPs subjacentes aos Fundos; (ii) dos valores de resgate esperados em condições ordinárias; (iii) do grau de dispersão da propriedade das cotas; (iv) do prazo para liquidação de resgates; e (v) da adequação à cotização de cada Fundo.

Informações prestadas com base nas posições de 31 de dezembro de 2016

A rotina de monitoramento da liquidez dos Fundos envolve a utilização de planilhas de acompanhamento consolidadas, verificadas semanalmente, nas quais constarão informações relevantes à análise e gerenciamento de risco de liquidez. As planilhas consolidadas conterão, no mínimo, as seguintes informações:

- controle da programação de investimentos, maturação e desinvestimentos dos FIPs subjacentes;
- controle de cotização dos feeders FIC FIMs;
- cotização dos fundos;
- histórico de resgates realizados no período de 90 dias;
- transações a liquidar;
- posição em “D0” do caixa e dos estoques de ativos dos Fundos;
- projeções e cenários de valor de liquidação dos investimentos dos FIPs subjacentes;
- falhas de liquidação que possam afetar a disponibilidade de caixa; e
- controle de caixa e margem de Segurança¹ estabelecida pela Gestora, bem como a liquidez imediata dos ativos para aferir a facilidade em converter os tipos de ativos em caixa.

O resultado do relatório deve mostrar a situação de liquidez dos Fundos em relação à margem de segurança e deve evidenciar (quando houver) as insuficiências de caixa ou margem nos dias subsequentes, para que a posição dos Fundos sujeitos a risco de liquidez seja redimensionada, caso necessário.

Supervisão dinâmica

A dinâmica das rotinas será supervisionada através do controle dos ativos e dos passivos dos fundos de investimento, bem como a realização de testes de estresse com cenários que levarão em consideração as movimentações do passivo, liquidez dos ativos, obrigações e cotização dos fundos de investimento. Os testes de estresse enfatizarão a precificação provável dos ativos dos FIP subjacentes em cenários de estresse, estimando os valores mínimos e máximos para o retorno dos investimentos nas carteiras dos referidos fundos subjacentes.

¹ Nos termos descritos acima na “Etapa 4”, “o Fundo deve manter ativos líquidos em volume igual ou superior à média ou mediana, o que for maior, dos resgates mensais (12 meses, 24 meses e histórico) do Fundo ponderados pelo patrimônio líquido.”

Informações prestadas com base nas posições de 31 de dezembro de 2016

Tratamento das cotas dos fundos de investimento

As cotas dos fundos de investimento terão o seu valor calculado diariamente, com base em avaliação patrimonial conforme regulamento do fundo de investimento.

Situações de iliquidez

Em casos excepcionais de iliquidez dos ativos componentes da carteira dos fundos de investimento, inclusive em decorrência dos pedidos de resgates incompatíveis com a liquidez existente, ou que possam implicar alteração do tratamento tributário de algum dos fundos de investimento ou do conjunto dos cotistas, em prejuízo destes últimos, a Sociedade poderá solicitar que a administradora declare o fechamento para a realização de resgates do fundo de investimento sem liquidez, sendo obrigatória a convocação de Assembleia Geral, na forma do regulamento do fundo de investimento correspondente, para tratar sobre as seguintes possibilidades:

- reabertura ou manutenção do fechamento do Fundo para resgate;
- possibilidade do pagamento de resgate em títulos e valores mobiliários;
- cisão do fundo de investimento; e
- liquidação do fundo de investimento.

Periodicidade

As rotinas da equipe de risco envolvendo o acompanhamento de fluxo de caixa e conferência da carteira são feitas continuamente em bases diárias. As planilhas gerenciais dos fundos de investimento geridos contendo suas características, o histórico dos eventos ocorridos, a valorização das quotas, o fluxo de entradas e saídas, previsão e simulação de resgates, projeções de caixa, previsão de desinvestimentos e a análise de estresse e sensibilidade quanto ao valor dos ativos são revistas mensalmente.

10.6. Descrever as políticas, as práticas e os controles internos para o cumprimento das normas específicas de que trata o inciso I do art. 30, caso decida atuar na distribuição de cotas de fundos de investimento de que seja administrador ou gestor.

N/A

10.7. Endereço da página do administrador na rede mundial de computadores na qual podem ser encontrados os documentos exigidos pelo art. 14 desta Instrução

Os documentos estão disponíveis em: www.trx.com.br

Informações prestadas com base nas posições de 31 de dezembro de 2016

11.1. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que a empresa figure no polo passivo, que sejam relevantes para os negócios da empresa, indicando: (i) principais fatos, e (ii) valores, bens ou direitos envolvidos

Não há.

11.2. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o diretor responsável pela administração de carteiras de valores mobiliários figure no polo passivo e que afetem sua reputação profissional, indicando:

a. principais fatos

b. valores, bens ou direitos envolvidos

N/A

11.3. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

N/A

11.4. Descrever condenações judiciais, administrativas ou arbitrais, transitadas em julgado, prolatadas nos últimos 5 (cinco) anos em processos que não estejam sob sigilo, em que a empresa tenha figurado no polo passivo, indicando: (i) principais fatos, e (ii) valores, bens ou direitos envolvidos

N/A

11.5. Descrever condenações judiciais, administrativas ou arbitrais, transitadas em julgado, prolatadas nos últimos 5 (cinco) anos em processos que não estejam sob sigilo, em que o diretor responsável pela administração de carteiras de valores mobiliários tenha figurado no polo passivo e tenha afetado seus negócios ou sua reputação profissional, indicando: (i) principais fatos, e (ii) valores, bens ou direitos envolvidos.

N/A

12. Declarações adicionais do diretor responsável pela administração.

A declaração está na próxima página.

DECLARAÇÃO

À

Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Rua Sete de Setembro, nº 111, 2º andar, Centro

Rio de Janeiro- RJ,

CEP 20159-900

Ref.: Formulário de Referência da TRX Gestora de Recursos Ltda.

Prezados Senhores,

Em atendimento ao disposto no item 12 do Anexo 15-II da Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015, declaramos que:

- a) não estamos inabilitados ou suspensos para o exercício de cargo em instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pela CVM, pelo Banco Central do Brasil, pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP ou pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC;
- b) não fomos condenados por crime falimentar, prevaricação, suborno, concussão, peculato, “lavagem” de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, contra a economia popular, a ordem econômica, as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade pública, o sistema financeiro nacional, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, por decisão transitada em julgado, ressalvada a hipótese de reabilitação;
- c) não estamos impedidos de administrar seus bens ou deles dispor em razão de decisão judicial e administrativa;
- d) não estamos incluídos no cadastro de serviços de proteção ao crédito;

Informações prestadas com base nas posições de 31 de dezembro de 2016

- e) não estamos incluídos em relação de comitentes inadimplentes de entidade administradora de mercado organizado;
- f) não temos contra nós títulos levados a protesto;
- g) nos últimos 5 (cinco) anos, não sofremos punição em decorrência de atividade sujeita ao controle e fiscalização da CVM, do Banco Central do Brasil, da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP ou da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC; e
- h) nos últimos 5 (cinco) anos, não fomos acusados em processos administrativos pela CVM, pelo Banco Central do Brasil, pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP ou pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

São Paulo, 30 de março de 2017

Atenciosamente,

Luiz Augusto Faria do Amaral
Cargo: Diretor e Administrador de carteiras